

na sequência do processo disciplinar DRL-3045/01 que lhe foi instaurado.

17 de Julho de 2007. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio Jurídico, *Maria Paula Madeira*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 252/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 60/2007, de 27 de Abril, designo a Prof.ª Doutora Maria João Casanova de Araújo e Sá Valente Rosa, nomeada, em comissão de serviço, subdirectora-geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, pelo meu despacho n.º 10 187/2007, de 2 de Maio, para exercer as competências correspondentes às atribuições a que se referem as alíneas *m)* a *o)* do

n.º 2 do artigo 2.º do referido decreto regulamentar, considerando-se ratificados todos os actos por si praticados desde 1 de Maio de 2007.

30 de Agosto de 2007. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

Despacho (extracto) n.º 22 253/2007

Por despacho de 27 de Julho de 2007 do director do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., Maria João Chagas Zagalo, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., foi nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica superior de 1.ª classe da mesma carreira e quadro de pessoal.

27 de Julho de 2007. — A Directora de Serviços, *Adília Crespo*.



PARTE D

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA

Anúncio n.º 6394/2007

**Prestação de contas (liquidatário)
Processo n.º 973-C/2001**

Requerente — Dr.ª Teresa Alegre.

Requerido — António Isaias Henriques Almeida e outra.

O Dr. Luís Miranda, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Águeda, faz saber que são os credores e os falidos António Isaias Henriques Almeida, número de identificação fiscal 117769126, e Delmira Maria Ferreira Sobreiro, número de identificação fiscal 187023999, com domicílio na Rua do Garrido, 3750-041 Aguada de Cima, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

19 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Luís Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Rosa Costa*.

2611048198

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

Anúncio n.º 6395/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 593/07.1TBABF**

Requerente — Florêncio Augusto Chagas, S. A.

Insolvente — Custódio & Medeiros, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Albufeira, no dia 13 de Agosto de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Custódio & Medeiros, L.ª, número de identificação fiscal 504786415, com endereço no Edifício Arcadas de São João, 2.º cl., Areias de São João, 8200 Albufeira, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Luís Miguel Duque Carreira, com endereço na Rua do Gen. Trindade, apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.

São administradores do devedor Fernando Paulo de Almeida da Conceição Boa Morte, com domicílio fixado no n.º 7, rés-do-chão, da Praceta de Gaspar Corte Real, no Carregado, Alenquer.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação

das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

22 de Agosto de 2007. — A Juíza de Direito (de turno), *Ana Catarina Lésico Pilonas de Figueiredo Neto*. — O Oficial de Justiça, *Rute Pereira*.

2611048210

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

Anúncio n.º 6396/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 1014/07.5TBABF

Credor — SCP Pool Portugal — Importação e Exportação de Equipamentos, L.ª

Insolvente — GUINOTUBOS — Canalizações, Climatização e Equipamentos, L.ª

No 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Albufeira, no dia 14 de Agosto de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor GUINOTUBOS — Canalizações, Climatização e Equipamentos, L.ª, número de identificação fiscal 503988898, com endereço na Urbanização Nascente, 50, 1.º, Montechoro, 8200 Albufeira, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Luís Miguel Duque Carreira, com endereço na Rua do Gen. Trindade, apartado 20, 2485-135 Mira de Aire.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

22 de Agosto de 2007. — A Juíza de Turno, *Ana Catarina Lésico Pilonas de Figueiredo Neto*. — O Oficial de Justiça, *José Manuel Miranda dos Santos*.

2611048208

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE

Anúncio n.º 6397/2007

**Insolvência pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 1531/07.7TBAMT**

Insolvente — Manuel Costa Amaro e C.ª, L.ª^{da}

Credor — Lisboa — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social — F G A D M e outro(s).

No 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Amarante, no dia 27 de Agosto de 2007, pelas 17 horas e 15 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Manuel Costa Amaro e C.ª, L.ª^{da}, número de identificação fiscal 501132821, endereço em Toqueiras, Telões, 4600 Amarante, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Manuel da Costa Amaro com endereço no Alto da Lixa, Freixo de Cima, 4600 Amarante e Joaquim Coelho da Costa com endereço em Cerdeira das Ervas, Macieira, 4610 Felgueiras, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas. Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Manuel Duarte Casimiro Bacalhau, com endereço na Rua de Alão de Moraes, 140, 1.º, sala 5, 3700-019 São João da Madeira.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidores;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 7 de Novembro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores e tomada de posse da comissão de credores, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

4 de Setembro de 2007. — A Juíza substituta, *Cristina Lavan-deira*. — O Oficial de Justiça, *Virgínia Teixeira da Cunha Campos Cerqueira*.

2611048157

TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARES

Anúncio n.º 6398/2007

**Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 258/07.4TBAMR**

Requerente — Casa Peixoto — Abílio Rodrigues Peixoto & Filhos, S. A. Insolvente — SANIAMARES — Sanitários de Amares, L.ª^{da}

No Tribunal da Comarca de Amares, Secção Única, no dia 9 de Agosto de 2007, às 13 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor SANIAMARES — Sanitários de Amares, L.ª^{da}, número de identificação fiscal 504097547, com endereço na Rua da Cintura, loja 2, Ferreiros, 4720-000 Amares, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor António Maria da Silva Gomes, bilhete de identidade n.º 3293047 e domicílio profissional na Rua da Cintura, loja 2, Ferreiros, 4720-000 Amares, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Graciela M. Coelho, com endereço na Avenida de António Domingues dos Santos, 68, sala A A, Edifício Avenidas, 4460-236 Senhora da Hora.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.